



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CCT
(ao PL 2210/2022)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.210 de 2022, a seguinte redação e renumere os demais:

“**Art. 4º** O artigo 33, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 33. O exame técnico do pedido de patente poderá ser diferido em até 36 meses da data do depósito, a requerimento do depositante.”

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o depositante de uma patente tem 36 meses para solicitar ao INPI que inicie a avaliação técnica do seu pedido. A mudança possibilitará ao INPI que essa avaliação técnica seja conduzida de imediato, salvo se houver pedido em contrário do depositante.

O prazo de 36 meses para o depositante no processo de pedido de patentes é fundamental. Neste intervalo, os depositantes costumam realizar alterações no pedido de acordo com pesquisas e a evolução no campo tecnológico relevante, que está em constante mudança e costuma influenciar decisivamente na redação e escopo final do pedido a ser examinado pelo INPI.

Se não fosse isso verdadeiro, não seria essa prática comum outras leis de países com sistemas de PI robustos e números de depósitos de patentes bastante superiores ao INPI como Alemanha (57.213 pedidos em 2022), China (1.619.268 pedidos em 2022) e Japão (289,530 pedidos em 2022).



Em outras palavras, os depositantes se valem desse prazo para aprimorar o pedido depositado e aumentar suas chances de concessão pelo INPI, especialmente em vista do constante avanço da tecnologia nas mais diversas áreas de conhecimento. Alterar a lógica de decisão sobre quando será iniciado o exame técnico pelo INPI prejudica o depositante. Manter a possibilidade de requerer antes, mas não a obrigatoriedade, é o caminho mais harmonioso e seguro para sistemas que privilegiam a proteção patentária.

No Brasil, se pautando pelos números é isso que acontece: dados levantados do sistema do INPI indicam, em média, os depositantes usam aproximadamente 22 meses para solicitar o exame técnico. Além disso, descontado este período do tempo entre o depósito do pedido no INPI (seja por depositante nacional, seja por requerimento da fase nacional de pedido depositado via PCT) e a data média do 1º exame técnico realizado pela autarquia, denota-se que o INPI ainda demora 4 anos e 8 meses aproximadamente para iniciar o exame do pedido.

Ou seja, não há nem justificativas que esse prazo atual de 36 meses pudesse ser uma causa do backlog de patentes que o INPI visa reduzir para 2 anos.

Nesse sentido, sugerimos a presente emenda, que busca corrigir esse equívoco, por tais razões, solicitamos apoio dos nobres pares para aprovação da emenda ora proposta.

Sala da comissão, 22 de maio de 2024.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)

